

ATA N.º 3/2023

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023:

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD) e Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Ferrel, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Ana João dos Santos Lima (PSD), Margarida da Silva Martins (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho Aparício (CHEGA), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Tiago Brás Correia (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.
- 2.º - Período de antes da ordem do dia.
 - 1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;
 - 2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
 - 3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.
- 3.º - Período de intervenção do público.
- 4.º - Período da ordem do dia:
 - 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
 - 2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;
 - 3) Nomeação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche, e seu substituto;
 - 4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para o Cargo de Dirigente Intermédio de 2.º Grau na Divisão de Obras Municipais;
 - 5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de 3.º grau - Subunidade de Gestão de Resíduos, Limpeza e Ambiente;
 - 6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de

Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2023 (modificação n.º 7);

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2022;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2022;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2023.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e oito minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP) e Henrique André da Silva Estrelinha (PS) compareceu no decurso da sessão, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP) e João Manuel de Jesus Gomes (PS) encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Emanuel de Sousa Bandeira (PSD), e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A senhora Vereadora Ana Margarida Silva Batalha (PS) não participou na sessão.

Estiveram presentes o Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas, e a Chefe da Subunidade de Finanças, Ana Nunes.

A sessão foi secretariada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 6/2022, respeitante à primeira reunião da sessão ordinária do mês de dezembro, realizada no dia 06 de dezembro de 2022, a ata n.º 7/2022, respeitante à segunda reunião da sessão ordinária do mês de dezembro, realizada no

dia 15 de dezembro de 2022, e a ata n.º 1/2023, respeitante à sessão ordinária do mês de fevereiro, realizada no dia 24 de fevereiro de 2023, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 6/2022 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

Ata n.º 7/2022 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

Ata n.º 1/2023 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento de que o expediente recebido está disponibilizado na Meocloud.

Não se registou qualquer intervenção.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Apresentou, verbalmente, um voto de louvor à Banda de Peniche Dapunkdsportif pela participação na final do Festival da Canção.

Vítor Agostinho (CDU):

Apresentou, em nome da Coligação Democrática Unitária, seguinte voto de saudação:

«Saudamos todo o movimento associativo, agentes económicos, instituições, município e juntas de freguesia pelo empenho e dinâmica que desenvolveram em prol das comemorações do 25 de Abril, proporcionando assim à população local a realização de grandes eventos culturais e desportivos, evidenciados nos vários programas comemorativos.

O concelho foi assim palco de inúmeras manifestações de carácter cultural e desportivo que demonstra a vitalidade das coletividades, em prol da população local, incutindo-lhes sempre o espírito de abril.»

Hugo Martins (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de saudação:

«Como sabemos, no dia 20 de março, a Câmara Municipal de Peniche e o Ministério da Administração Interna assinaram um protocolo com o objetivo de estabelecer uma parceria para a construção no novo Posto da Guarda Nacional Republicana na Atouguia da Baleia.

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche manifesta a sua satisfação por, finalmente, este grande objetivo da população possa ser concretizado.

No mandato anterior, não estava na Assembleia Municipal, mas fui acompanhando o que se passava, e queria deixar uma palavra para o senhor Vice-Presidente da Câmara, Afonso Clara, que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, procurou sempre, em articulação com o executivo municipal, fazer com que este assunto fosse uma realidade.»

Apresentou, verbalmente, um voto de louvor pelo facto de o concelho de Peniche ter ficado em terceiro lugar na recolha seletiva de vidro, papel e embalagens, e em segundo lugar na recolha seletiva de bio resíduos, no conjunto dos dezanove municípios que integram a Valorsul, uma boa notícia. Deu os parabéns a todos.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, o seguinte voto de louvor:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche felicita o Núcleo de Peniche do CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica pela participação na 45.ª Edição do Campeonato Nacional de Profissões – SkillsPortugal, que decorreu de 07 a 12 de março, na cidade de Portimão, destacando a obtenção da Medalha de Prata na profissão de Serralharia Civil, obtida pelo jovem formando Bruno Ascensão.

O Núcleo de Peniche do CENFIM esteve representado nesta edição pelos jovens formandos: Bruno Ascensão (Serralharia Civil) e Simão Dias (Desenho Industrial), que tiveram a coordenação e preparação por parte dos formadores Pedro Santos e Ricardo Mafra respetivamente.

Esta competição contou com a participação de cerca de 400 jovens, entre os 17 e 25 anos, que frequentam o ensino profissional, e que disputaram os títulos nacionais para os melhores em mais de 50 profissões (a avaliação ao nível individual de competências, domínio de técnicas e ferramentas para o exercício de cada profissão).

Este excelente resultado é o reconhecimento da qualidade da formação ministrada no CENFIM e certamente irá incentivar mais jovens formandos a participar em futuras edições do Campeonato Nacional das Profissões.

O ensino profissional assume um papel muito importante no desenvolvimento pessoal e profissional de muitos jovens, permitindo-lhes a conclusão do nível 4 de qualificação e equivalência ao 12º ano. Por outro lado, reforça a oferta às empresas de jovens técnicos especializados em áreas onde é reconhecido por todos que existe um enorme défice de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Parabéns pelos 35 anos de atividade do Núcleo de Peniche do CENFIM, 35 anos a servir o concelho de Peniche.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Associou-se, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, ao voto de louvor à Banda Dapunksportif, endereçado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, ao voto de saudação da Coligação Democrática Unitária, relativamente às comemorações do 25 de Abril, saudando também a forma como correram as comemorações e as diversas iniciativas que decorreram em todo o concelho.

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, os seguintes votos:

«Um voto de felicitação pelo 11.º aniversário do CIAB – Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia e destacar a inauguração da exposição “A Baleia em Atouguia”, no dia 31 de março, que muito valoriza aquele espaço, bem como a história de Atouguia, sem esquecer a obra "BALEIA DESMINKE" do artista Sea Groove, elaborada com materiais recolhidos nas praias.»

«Um voto de saudação à Assembleia Municipal Jovem que tomou posse no passado dia 15 de março, com os alunos eleitos do Agrupamento de Escolas de Peniche, da Escola Secundária de Peniche, do Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde e do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia. Fazemos votos para que este projeto promova a reflexão e o debate saudável em torno das questões que mais preocupam os nossos jovens e que também incentive a participação cívica.»

«Um voto de pesar pelo falecimento do Professor Nuno Bello, no passado dia 06 de março.

Já reconhecido pela sua capacidade de liderança, de organização e de dedicação à sua terra, Peniche, com a Medalha de Honra Municipal, o Professor Nuno Bello também é reconhecido pelo seu precioso contributo para o desenvolvimento do Desporto no concelho de Peniche, mas também como grande impulsionador do Triatlo nacional.

Propomos apresentar as condolências à família enlutada e também fazer um minuto de silêncio.»

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Leu dois requerimentos que entregou na mesa:

«Requerimento:

Os deputados da bancada do Partido Social Democrata, na competência que lhe é outorgada pela Lei, nomeadamente através do estipulado na alínea d) do número 2 do artigo 28.º da Lei 75/2013, a fim de poderem escrutinar devidamente a atividade executiva da Câmara Municipal, vêm requerer a Vª Exª as diligências necessárias e eficazes para que a Câmara Municipal, no espaço legal de dez dias, dê resposta às seguintes questões relacionadas com a obtenção de financiamentos através de fundos comunitários.

1 - Reportando a esta data, e desde o início do atual mandato, quantas candidaturas de financiamento recorrendo a fundos comunitários foram apresentadas pelo Município de Peniche;

2 - No mesmo período, quantos contratos de financiamento através de fundos comunitários foram obtidos pelo Município de Peniche;

3 - Qual o valor dos contratos de financiamento através de fundos comunitários que foram obtidos no mesmo período pelo Município de Peniche.»

«Requerimento:

Os deputados da bancada do Partido Social Democrata, na competência que lhe é outorgada pela Lei, nomeadamente através do estipulado na alínea d) do número 2 do artigo 28.º da Lei 75/2013, a fim de poderem escrutinar devidamente a atividade executiva da Câmara Municipal, vêm requerer a Vª Exª as diligências necessárias e eficazes para que a Câmara Municipal, no espaço legal de dez dias, informe quais as perspetivas do Executivo municipal sobre o futuro do Museu Municipal de Peniche, faculte a consulta dos documentos relacionados

com esse assunto, nomeadamente projetos ou anteprojetos que tenham sido elaborados, e marque uma visita às instalações onde se encontra em depósito o espólio do Museu retirado da Fortaleza de Peniche.»

Perguntou qual a data prevista para a abertura do Parque de Campismo de Peniche que se encontra concessionado e fechado neste momento.

Relativamente à obra de limpeza e fixação das muralhas de Peniche, questionou se a obra abrangerá a totalidade da extensão das muralhas ou se ficará alguma parte por limpar e fixar. Perguntou, ainda, se as guaritas seriam repostas, nomeadamente a do quebrado.

Disse que o Partido Social Democrata saúda o início da obra de criação de um Parque Canino em Peniche, mas não poderiam deixar de discordar da sua localização, pois entendem que a localização escolhida, não dignifica o Parque Urbano nem o Parque Canino e, provavelmente, não terá tanto concurso como teria de fosse em outro local, nomeadamente no Baluarte de São Vicente, junto às Muralhas de Peniche que, na sua opinião, seria uma melhor localização.

Lançou um repto ao município, porque infelizmente a Marina de Peniche não presta um serviço decente no acolhimento às embarcações que passam pelo nosso porto de recreio, nomeadamente, entre outros aspetos, pela falta de assistência em horário pós-laboral e falta de fornecimento de combustível. Disse que seria bom o município tomar as medidas necessárias junto da Docapesca, entidade responsável por aquela área, para que se possa passar a prestar o serviço, e isto acontece num concelho que tanto aposta no setor turístico e no mar como motores da economia local, e não podiam deixar de lamentar que a zona de recreio do Porto de Peniche preste um mau serviço e dá uma imagem de desleixo a quem nos visita.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos requerimentos, que as respostas às questões colocadas seriam prestadas.

Não tinha de memória a data de abertura prevista no contrato de concessão do Parque de Campismo, mas seria este ano, talvez em junho de 2023. Referiu que essa impossibilidade já foi transmitida à Câmara Municipal, porque a empresa concessionária não conseguiu que lhe entregassem os equipamentos que encomendou em tempo devido, no entanto, irão proceder à avaliação com os mesmos. Ressalvou que já reuniram duas vezes, uma presencial e outra por videoconferência e, em maio, está prevista mais uma reunião com o concessionário e, após a sua realização, poderão dar mais informações. Acrescentou que o concessionário tem cumprido com o pagamento da renda.

A obra das Muralhas iniciou com um ano de atraso, por diversas razões, é uma obra muito exigente que tinha de ser executada por uma empresa da especialidade e a mesma debateu-se com falta de mão-de-obra. Adiantou que a candidatura tem de ser terminada durante este ano, uma vez que obteve fundos comunitários, logo, o que estiver executado está, o que não estiver terá de ser elaborada nova candidatura ou de ser assumido pelo município, o investimento e a obra. Deu conta que iriam reunir com a CCDR do Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro relativamente aos fundos comunitários, esta e outras candidaturas a decorrer, mas o objetivo é, tirando a zona do Forte das Cabanas que tem outros processos pendentes e

mesmo que termine a candidatura, avançar, e isso envolve a reabilitação das Guaritas.

Sobre a localização do Parque Canino, estranhou que se continue a defender a localização referido pelo senhor Deputado Francisco Salvador, até porque, neste momento, aquele é o único campo com relva que os alunos da Escola Secundária de Peniche têm para jogar quando não estão no interior da mesma.

Retirando os três objetivos que considera prioritários para o concelho, que estão a ser desenvolvidos a vários níveis: a renovação de praticamente todos o parque escolar que é muito ambicioso, a concretização da Estratégia Local de Habitação que está a ser desenvolvida e o processo da zona industrial de Vale do Grou que também está a ser desenvolvido, admitiu que o projeto da Marina Atlântica é um projeto âncora para o concelho. Indicou que aquela área é da Docapesca, mas, ele próprio e o senhor Vereador Ângelo Marques, nunca esconderam que aquele seria um grande objetivo para Peniche. Acrescentou que não é um processo fácil, e o Partido Social Democrata sabe que a gestão daquela zona é da responsabilidade da Docapesca, que a marina de recreio é um equipamento que há muito tempo está a ser gerido pelo Clube Naval de Peniche, desconhece o protocolo/acordo, no entanto, recentemente foi colocada à Câmara Municipal a dificuldade de abastecimento de combustível na zona do ISN - Instituto de Socorros Náufragos devido às reservas levantadas pela empresa fornecedora. Deu conta que esteve presente numa reunião com representantes da Docapesca e com representantes da direção do Clube Naval de Peniche, eles estão a desenvolver algumas iniciativas no sentido de poder colmatar aquela necessidade. Disse, ainda, que o município se disponibilizou para ajudar na construção da rampa e na transferência da grua junto das instalações do Clube Naval de Peniche, que acabou por não se concluir, mas estão a aguardar. Mencionou que a administração da Docapesca e o Clube Naval de Peniche têm consciência do estado em que se encontra a marina de recreio, a Câmara Municipal defende a construção de uma nova marina de recreio, que não será municipal, porque o concelho não tem recursos para isso, a correr bem para o Município teria de ser através de uma candidatura, mas, que tenham conhecimento, neste momento não há fundos comunitários para o efeito, no entanto, já manifestaram, informalmente, disponibilidade para trabalhar numa solução no sentido de puder vir a ser uma concessão ou um grupo privado que a construísse, a explorasse e a mantivesse, mas, logicamente, não abdicam de intervir no processo, até porque têm ideias, nomeadamente em termos de reordenamento. Recordou que no protocolo assumido com a Docapesca, em relação à transferência de algumas áreas da zona portuária, também está englobada a zona do Clube Naval de Peniche, toda a zona do Fosso e outras áreas, portanto, a Câmara Municipal não se demite, pelo contrário, na sua opinião deve disponibilizar-se para assumir mais áreas que, atualmente, são geridas pela Docapesca, nomeadamente a zona da Ribeira Velha que, na altura foi conversada com a Presidente do Conselho de Administração, e disponibilizaram-se também para ficar com a gestão da zona da Ribeira Velha e da Marina de Recreio, e isso não foi possível devido à execução da obra do quebra-mar que tinha sido feita e o que foi anunciado no caderno de encargos não permitia passar aquela zona para o município. Disse que têm ideias concretas, e já conversaram sobre isso, em relação ao possível alargamento da zona de marina.

Francisco Salvador (PSD):

Agradeceu os esclarecimentos prestados, no entanto, informou que a parte da

Marina de Recreio é dividida em duas partes, a parte chegada ao molho é gerida pelo Clube Naval de Peniche, o último passadiço, destinado aos barcos passantes, é gerido pela Docapesca. Indicou que não se referiu à totalidade dos passadiços, à qualidade ou à forma como estão preservados, a questão tem que ver com os serviços que se presta ou que deixa de se prestar, por parte da Docapesca, no acolhimento dos barcos passantes, sobretudo em horas pós-laborais e fins de semana, e o fornecimento de combustível que também é responsabilidade da Docapesca. Solicitou que a Câmara Municipal pressione a Docapesca para que, no que já existe, o serviço prestado seja condigno.

Vítor Agostinho (CDU):

Reforçando a questão dos fundos comunitários, pois sabem a importância que têm para o financiamento do município, perguntou, em nome da Coligação Democrática Unitária, quais os projetos que estão em curso e quais as candidaturas apresentadas, mas, no concreto, pretendem saber se nessas candidaturas está a inserção da obra da terceira fase do Fosso da Muralha.

Relativamente à Rua 13 de Infância, disse que, na opinião da Coligação Democrática Unitária, as baias que delimitam a passagem de peões em nada dignificam o espaço e são pouco seguras, pelo que gostariam que fosse promovida a alteração das mesmas, talvez por uns blocos de cimento, à semelhança do que existe na frente da Fortaleza de Peniche, de modo a que o espaço fique mais digno e, também, qualificar o espaço envolvente com uma limpeza, uma vez que o verão está a chegar e se aproximam muitos visitantes.

Solicitou um ponto de situação sobre o Forte da Consolação, porque, desde a última sessão, não têm visto avanços na obra.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

As candidaturas do quadro comunitário de apoio que está a iniciar, foi feita uma primeira lista de muitas possibilidades de candidaturas que vão ser debatidas com a OesteCIM e com a Câmara Municipal, portanto, neste momento não há lista de candidaturas, há múltiplas possibilidades, e a terceira fase do Fosso da Muralha fará parte dessa lista.

Em relação à Rua 13 de Infância, estiveram reuniões agendadas com a Direção Geral do Património Cultural e não podem avançar com o novo alinhamento, como gostariam, porque, numa primeira fase, pretendem fazer, por administração direta, o alargamento da estrada com a aplicação de um novo lancil e a construção de um novo passeio, mas ainda não conseguiram reunir. Adiantou que existem dois projetos para aquela zona, mas provavelmente só serão executados, em termos de edificado e de construção de novos edifícios, com fundos comunitários.

Aguardam a realização da mesma reunião para abordar a questão do Forte da Consolação, pois este é mais problemático do que parece. Alertou que teria de voltar atrás neste processo, porque, quem se recordar, este processo foi apresentado no final do mandato, todos sabem como foi trabalhado o projeto da gestão urbanística, aquilo é um monumento e ao contrário das muralhas, por vezes há empresas que estão mais especializadas para algumas matérias. Indicou que já se fizeram muitas reuniões sobre este tema, mas, na sua opinião, a primeira coisa que deveria ter sido feita era a

consolidação do talude a norte onde existem problemas de instabilidade, que estão a monitorizar permanentemente, no entanto, não está seguro. Acrescentou que já vieram ao local vários técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, responsável por aquela área, mas pretendem colocar aquilo politicamente para saber qual a decisão da Agência Portuguesa do Ambiente, em relação ao investimento que é necessário fazer no talude virado para a praia, porque isso condiciona todo o investimento.

Vítor Agostinho (CDU):

Solicitou a disponibilização do projeto do Forte da Consolação.

Disse que não pedem uma obra de grande valor na Rua 13 de Infância, apenas que se trate da segurança e do embelezamento do local.

Luís de Almeida (PSD):

Disse que gostaria de reforçar o que foi dito pelo senhor Deputado Vítor Agostinho, relativamente à Rua 13 de Infância, pois tem a sensação que existe um divórcio cada vez maior entre a população e o poder autárquico, concretamente em Peniche, e bastava olhar para o edital da ordem de trabalhos da sessão de hoje e verificar que os assuntos são sobre questões internas, não há quase nada para a comunidade, portanto, cada vez estão mais divorciados e isso leva a um descontentamento. Referiu que, na sua opinião, a nossa comunidade já não tem brio na sua terra, mas, na realidade, de que forma o poder pode pedir que os cidadãos tratem das ruas quando a Câmara Municipal permite ao seu lado um espaço abandonado e feio. Indicou que percebia o facto de estarem condicionados com muitos projetos e coma a provação de várias ideias que há para o espaço, mas não haverá criatividade dos técnicos para que tivessem uma situação temporária que pudesse embelezar, dar mais segurança a este espaço e pudessem passar para uma solução provisória e totalmente amovível, pois se pensassem um pouco no espaço poderiam, certamente, encontrar alguma solução.

Questionou se o Parque de Campismo da Berlenga iria abrir no verão de 2023, se não abrir qual a razão e o que está previsto para anos futuros. Disse que o Partido Social Democrata continua a afirmar que a não abertura do Parque de Campismo impede que os nossos jovens passem alguns dias na Berlenga, como era hábito, porque não têm poder económico para pernoitar nos quartos do restaurante ou do forte, e a abertura do parque poderia permitir que se fizessem programas de educação ambiental, pois seria muito interessante para os jovens que quisessem usufruir numa temporada na Berlenga.

Referiu que Peniche não tem marina, tem um núcleo de recreio que não passa de um ancoradouro bastante degradado, na sua opinião e na opinião dos utentes. Tal como foi dito pelo senhor Deputado Francisco Salvador a marina tem dois níveis de responsabilidade, a maior parte dos lugares são da responsabilidade do Clube Naval de Peniche, que não tem capacidade para a manutenção e por esse facto a degradação é contínua, mas o pontão dos passantes é responsabilidade da Docapesca que nunca geriu bem nem nunca prestou serviços devidos àquele espaço, e a autarquia, tal como em outros assuntos, demite-se sempre da sua liderança e de funcionar como um chapéu que enquadra os outros envolvidos nos vários projetos, no sentido de dignificar o que Peniche pode dar a quem nos visita. Adiantou que nem daqui a dez anos teremos uma Marina Oceânica, logo, devem preservar o que existe encontrando uma maneira de

contribuir para quem tem a responsabilidade permita fazer a manutenção e um bom serviços.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Neste momento, há um diálogo aberto com a Docapesca sobre as questões colocadas e outras, algumas delas estão a ser tratadas pelo senhor Vereador Ângelo Marques, mas estão em sintonia naquilo que são os objetivos. Referiu que provavelmente a oportunidade, enquanto concelho, lamentavelmente é o estado em que a marina se encontra e achou interessante as duas intervenções se terem concentrado na responsabilidade da Docapesca e que o Clube Naval de Peniche nunca terá a capacidade financeira para fazer os investimentos, mas provavelmente quando isto foi equacionado, deveria ter sido perguntado ao executivo da altura e verificado o enquadramento de como deveria ser feita a gestão numa perspetiva de futuro. Indicou que aquilo está muito degradado e não vão abdicar de procurar influenciar e usar o capital de influência junto da Docapesca quem entendem ter. Adiantou que pretendem fechar dois dossiers com a Docapesca, nomeadamente a transferência de competências, que trará alguma despesa, mas também trará grandes oportunidades, e o lamento que existe pelo estado daquela área poderá ser uma oportunidade, porque quando estiver em cima da mesa o grande investimento de substituição das infraestruturas que hoje servem para as embarcações de recreio e para as marítimo-turísticas, a Docapesca terá de decidir se quer aproveitar a possibilidade de construir ou de viabilizar a construção de uma nova marina, que a Câmara Municipal assumiu criar condições, em termos de investidores, e há investidores interessados, agora, não será gerida como atualmente, e estão a defender uma área substancialmente considerável. Acrescentou que estão a trabalhar neste tema e que, inclusive, haverá um evento este ano em que este assunto será debatido.

Relativamente ao Parque de Campismo da Berlenga, estiveram esta semana a conversar sobre o assunto, algumas entidades não gostariam que o parque abrisse, a Câmara Municipal pretende abri-lo noutras condições e com mais segurança. Adiantou que estão a tentar preparar, talvez já devesse estar mais adiantado, mas há um senão que tem que ver com a implicação que os campistas têm em relação ao que está estabelecido na portaria da carga humana, mas isso está a ser considerado.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que:

Embora havendo entidades que possam obstar a essa realização, agrada-lhe ver que há o intuito de reabrir o Parque de Campismo da Berlenga, obviamente tendo a questão de segurança garantida, que será, efetivamente, uma mais-valia para todos.

Relativamente ao Parque de Campismo de Peniche e na sequência da intervenção do senhor Deputado Francisco Salvador, a questão já não tinha que ver com o facto de não abrir, porque para abrir tem de ter obras mínimas, no entanto, a cláusula nona diz o seguinte: *“Constitui encargo do arrendatário a execução das obras mínimas exigidas, que consta no anexo ao presente caderno de encargos, no prazo máximo de 60 meses, ...”*, e é importante, junto do arrendatário, frisar que não seria no quarto ano que fariam as obras mínimas exigidas. Referiu que, na sua opinião, na reunião que irá ocorrer com o arrendatário, é importante frisar que estas obras são as necessárias para garantir a

abertura do parque. Em relação aos pagamentos que o arrendatário executou no ano 2022, agradeceu à Divisão de Administração e Finanças a prestação da informação que solicitou para saber se efetivamente o arrendatário procedeu em conformidade relativamente aos encargos constantes no contrato de arrendamento. Acrescentou que mesmo sabendo que o ano 2023 não será fácil, deve reforçar-se junto do arrendatário a necessidade do cumprimento destas obrigações, quer nas obras, quer no pagamento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu a questão e a forma como a mesma foi formulada, mas se tinham algum receio, a partir de setembro passado, era que o concessionário pudesse vir a rescindir o contrato. Referiu que foram feitas várias abordagens, compreendem as razões, o concessionário apresentou a primeira parte do projeto que está a ser analisado, agora, o propósito deles é fazer o investimento rapidamente para ter o retorno do capital investido e das receitas que têm calculadas. Disse que o propósito, pelo que lhes é transmitido, e vão procurar obter mais informações na reunião que está marcada, é abrir no próximo ano com as infraestruturas básica construídas, em termos de água, esgoto, energia e segurança, no entanto, admite que uma ou outra parte do investimento, que não tem muito a ver com o Parque de Campismo, possa ser mais demorado, mas a Câmara Municipal vai tentar que eles o possa fazer o mais rapidamente possível, inclusive, a intervenção da zona de estacionamento.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Tendo sido referida a questão do orçamento participativo, esteve a verificar a ata do dia 30 de novembro de 2018 que citou: *“Relativamente ao Orçamento Participativo, entendeu que deveria ser feito um regulamento. O Orçamento Participativo, será para fazer em 2019, para que se coloquem os valores de 2018 e 2019, estando previsto nas contas, e executar o que não foi executado, do mandato anterior, nomeadamente, o parque infantil e o parque canil, e estava a estudar a melhor forma de fazer o quiosque e a proposta das cércas do Bairro Luís de Camões.”* Referiu que estando em 2023, as restantes conclusões são fáceis de tirar.

Nos últimos tempos tem feito várias propostas para a criação de comissões, nomeadamente a comissão para a criação do código de posturas municipais e dos cabos na via pública, e em relação ao mandato anterior, a comissão já aprovada que serviria para aprovar os contratos feitos com as Juntas de Freguesia, na altura. Mencionou que foi também entregue a petição do Plano Diretor Municipal, portanto, são pedidos de documentos que não foram entregues, ausência de respostas, ausência de apresentação de documentos, ausência da instalação destas comissões e das suas reuniões, pelo que citou o senhor Deputado Francisco Salvador na reunião de seis de dezembro de 2022: *“Não podemos pactuar com este tipo de atitudes desrespeitadoras da soberania e dignidade desta Assembleia e iremos usar de todos os meios ao nosso alcance para repor a legalidade democrática nos Órgãos Autárquicos de Peniche recorrendo, se necessário for, às instâncias judiciais competentes.”* Referiu que fazia destas também as suas palavras.

Estão criadas condições para que as praias tenham nadadores-salvadores todo o ano, facto que felicitou, no entanto, lamentou que esta medida seja implementada apenas agora, uma vez que a Bancada do Partido Socialista, através do próprio, fez esta proposta por várias vezes, desde a sessão de 18 de junho de 2018, mas mais vale tarde do que nunca, mas vão sempre atrasados.

Desde o ano passado, a Câmara Municipal recolhe verbas das coimas de

estacionamento, fruto da alteração legislativa que o previa, no entanto, lamenta que se tenha perdido tanto tempo para obter esta fonte de receita, uma vez que esta medida foi levantada pela Bancada do Partido Socialista, através do próprio, no dia 18 de dezembro de 2020, mas mais vale tarde do que nunca, mas vão sempre atrasados.

Em relação ao Posto da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, felicitou a assinatura do contrato com o Ministério da Administração Interna, no entanto lembrou que, desde 2018 e 2019, a Bancada do Partido Socialista, através do próprio e dos senhores Deputados Henrique Estrelinha e Ângelo Marques, levantaram esta questão informando que era apenas necessário o contrato de execução, porque existiam cerca de quinhentos mil euros previsto no Orçamento de Estado.

Uma vez que houve reunião da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal e que esteve presente o senhor Arquiteto Gil, que apresentou o documento, fez uma pesquisa no portal base do Município e não encontrou qualquer contrato celebrado com a equipa externa, mas depois procurou pela empresa Jorge Afonso Carvalho Urbanistas, Lda. e foi possível ver os cento e cinquenta mil novecentos e sessenta euros que esta empresa já contratou com o Município, distribuídos por cinco contratos sendo o último datado de 23 de setembro de 2020, no valor de dezanove mil euros. Perguntou qual é a relação contratual que existe com a equipa, caso exista.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O orçamento participativo é executado, como em outras áreas da Câmara Municipal, de acordo com as capacidades dos serviços, mas espera que, um dia, apareça algum iluminado e resolva com uma varinha mágica todos os assuntos e gostava muito de assistir a isso. Adiantou que, em relação à questão dos processos que deveriam ter sido executados mais rapidamente, aproveitaram as ideias que foram lançadas e executaram uma obra consideravelmente mais exigente, mas que, com certeza, os mais pequenos ficaram muito satisfeito, um Parque Infantojuvenil, sito no Parque Urbano e, em relação ao Parque Canino, a mesma coisa. Relativamente às empenas, foram pintadas e, relativamente ao quiosque, não poderia prestar informações, porque não acompanhou o processo, no entanto, quando houver condições a Câmara Municipal voltará com o orçamento participativo. Lembrou que a Câmara Municipal está numa fase muito complicada, em termos financeiros.

As comissões não são da responsabilidade do Presidente da Câmara, mas sim da Assembleia Municipal, e se quiserem o envolvimento da Câmara Municipal, dos técnicos ou de algum membro do executivo, logicamente estão disponíveis.

Sobre a petição do Plano Diretor Municipal, na sua opinião, as coisas estão mais esclarecidas, apesar de muitos não as querer ver esclarecidas. Referiu que não valia a pena haver ameaças e, como há uma má relação com o Presidente da Câmara, as questões devem ser canalizadas para o interlocutor, o senhor Vereador Afonso Clara.

Quanto aos nadadores-salvadores, não sabe quem teve a ideia, mas sabe que a propôs várias vezes em reunião da Câmara Municipal, sabe qual é o contexto, sabe o que aconteceu nos dois anos de pandemia, sabe que tiveram de subsidiar os concessionários para que pudessem pagar aos nadadores-salvadores e, na altura, não foi aceite a proposta. Referiu que neste momento a proposta está a ser aceite, num determinado contexto e o senhor Vereador Ângelo está a acompanhar, gostariam muito de a ver concretizada, mas o Presidente da Câmara não vai esquecer a componente

financeira.

Em relação à questão levantada sobre as coimas, está aberto um procedimento para um jurista, provavelmente será colocado mais um (a) assistente técnico (a), está a correr bem, mas há coisas que não estão a andar como deveriam daí entender que se deve constituir a polícia municipal, mas para isso é preciso haver receita, para fazer esta parte e outras que não andam como deviam, porque a querer-se ter desenvolvimento no concelho tem de haver recursos e ter recursos financeiros.

Relativamente ao quartel da Guarda Nacional Republicana, o cronograma está elaborado, o processo foi muito exigente em termos de loteamento, pois estava feito um pré-acordo, mas o procedimento administrativo não. Informou que iriam assinar a consignação das infraestruturas no final do mês de maio. Referiu que o objetivo é que as infraestruturas sejam iniciadas para que se informe a senhora Secretária de Estado que começou e que querem o projeto de execução e a verba disponível.

O senhor Arquiteto Gil está a terminar um processo, mas acha interessante, porque não é a primeira vez nem será a última, esta preocupação de a Câmara Municipal ter algumas pessoas a trabalhar que não estão a ser remuneradas. Referiu que não celebrou o primeiro contrato com esta empresa, não conhecia o senhor professor Jorge Carvalho nem o senhor Arquiteto Gil, quando iniciou funções na Câmara Municipal este processo já estava a ser desenvolvido, mas dentro daquilo que é a responsabilidade da empresa para terminar algumas peças relativas ao Plano Diretor Municipal estão a ser desenvolvidas, pois já foram pagas e que já deveriam estar terminadas.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Esclareceu que a questão do orçamento participativo não tinha que ver com a questão do Parque Infantojuvenil, porque está muito bonito, mas a legitimidade, o cumprimento dos regulamentos e daquilo que é aprovado não foram cumpridos.

Relativamente às contas, disse que também já foi alertado.

Quanto às comissões, referiu que não foi dito que a responsabilidade era do senhor Presidente da Câmara.

Em relação à questão do Plano Diretor Municipal, indicou que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que não o quis discutir em 2021, por estratégia, quanto a isso já desconfiava, mas naquele momento teria de ter dito à população o que pretendia fazer do PDM.

Sobre o interlocutor, disse que era quase como tiro de pólvora seca, não chegam a ver nada feito, não valia a pena, porque, do ponto de vista institucional, escrevem ao senhor Presidente da Câmara, internamente não sabem como são feitos os procedimentos e nada se resolve.

Adiantou que, em relação ao PDM e ao contrato com a empresa, o senhor Presidente da Câmara tem um bom assessor jurídico e deveria perguntar-lhe, porque uma prestação de serviços externos sem ter um vínculo jurídico, contratual, hierárquico, disciplinar é complicado.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

A sua grande preocupação não se prendia apenas com a falta de obras no Forte da Consolação, pois quando entram no Largo da Consolação deparam-se com baias por todo o lado, montes de detritos, derrocadas nas arribas e não sabe se existe algum estudo ou alguma obra prevista para a requalificação daquelas muralhas. Referiu que o senhor Presidente da Câmara falou na questão das arribas do lado da praia, mas as outras arribas também estão cheias de baias e a abrir fissuras, no entanto, aquilo está indigno e o verão está a chegar.

A Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia enviou um ofício à Câmara Municipal, há cerca de um ano, solicitando a implementação de uma ARU - Área de Reabilitação Urbana na vila de Atouguia da Baleia e não obteve resposta. Referiu que tem conhecimento que concelhos vizinhos têm ARU's aprovadas com bastantes proveitos, mas não sabe se em Atouguia da Baleia será contemplada, porque previam que se alargasse a outras localidades da freguesia.

Em relação aos acampamentos ilegais, há cerca de um mês, identificou, com os fiscais da Câmara Municipal, os diversos locais na área da freguesia com acampamentos ilegais. Solicitou um ponto de situação, porque, na altura, contabilizaram cerca de quinze acampamentos ilegais.

Gostaria de saber como estão os asfaltamentos, pois existem vários arruamentos que estão muito degradados e centros de aldeias da freguesia de Atouguia da Baleia que necessitam urgentemente de asfaltamento.

Pretendia saber se a Câmara Municipal está a pensar executar algumas lombas, porque, da parte da Junta de Freguesia, têm sido enviados vários ofícios solicitando lombas na Estrada da Seixeira, em Atouguia da Baleia, na Avenida João Paulo II, em Ribafria, entre outros locais.

Em termos de segurança alertou o facto de existir falta de sinalização no concelho de Peniche, nomeadamente sinais de STOP.

Gostaria de saber em que estado se encontram os projetos das entradas de Atouguia da Baleia e da Bufarda, e se existe alguma coisa prevista.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Quando a Agência Portuguesa do Ambiente pede para sinalizar arribas em perigo têm de o fazer e quando pedem que se coloquem baias também têm de o fazer, mas poderiam tentar reduzir algumas zonas, mas se os técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente entenderem que devem alargar terão de o fazer.

Em relação às ARU's, não sabe se já está a ser desenvolvido o procedimento para a contratação das propostas de ARU. Referiu que, no mandato passado, este assunto foi exaustivamente falado, particularmente em reunião de Câmara, mais pela vila de Atouguia da Baleia e a indicação que deu foi para que se avaliasse a possibilidade de o fazer nas três sedes de freguesia, Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei e Ferrel, e deu indicou de um conjunto de outras povoações, mas quando isso for iniciado, logicamente, não avançará sem falar com os Presidentes de Junta de Freguesia. Adiantou que este procedimento é para avançar, assim como vai ser contratado o procedimento para o Plano de Ordenamento do Baleal.

Relativamente aos asfaltamentos, que houve alguma dificuldade na contratação das massas asfálticas. Indicou que têm estado a intervir na mota do rio na zona dos Salgados, tinham estado na zona do Casal da Vala e Casal Moinho e a equipa é a

mesma, mas pensam que durante o mês de maio avance. Adiantou que gostaria de fazer algumas intervenções mais necessárias, mas não vão conseguir fazê-las todas, porque o propósito é iniciar o asfaltamento na Estrada do Báltico, por razões de segurança. Expressou que o valor das massas asfálticas é muito exigente, mas está a avançar.

Teriam de verificar se as lombas mencionadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, foram aprovadas pela Câmara Municipal, no entanto, quem executa as lombas também executa os asfaltamentos, mas assim que tenham as massas adequadas para o fazer teriam de tratar das lombas mais urgentes. Deu nota que, hoje, foi aprovada na Câmara Municipal a Comissão Municipal de Trânsito.

Em relação à sinalização, este é um bom tema para discutir na Comissão Municipal de Trânsito. Sugeriu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, com o envolvimento do senhor Vereador Afonso Clara que preparasse uma proposta para ser presente na reunião da Comissão Municipal de Trânsito.

Quanto aos projetos da EN114 e da Bufarda, colocaram estes dois projetos à empresa que está a elaborar o Plano de Mobilidade e Acessibilidade Concelhio que demonstrou vontade para os avaliar pela exigência, porque, enquanto o Largo Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, podem pensar, em conjunto com a Junta de Freguesia, iniciar assim que possível este processo, estas duas obras têm outra exigência e querem aperfeiçoar e criar condições para ser aprovado numa candidatura de melhoria de acessibilidades, mas para isso querem ter a opinião técnica que ainda não têm.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que, em termos de asfaltamentos, o senhor Presidente da Câmara referiu que a máquina que anda na mota dos rios é necessária para os asfaltamentos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Esclareceu que não é a máquina e sim a equipa, pois a equipa que faz a limpeza na mota dos rios é a mesma que faz os asfaltamentos.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Considerando o foi dito anteriormente pelo senhor Presidente da Câmara, quando se iniciar os asfaltamentos, as limpezas dos rios param e existe muita necessidade de limpeza de rios.

Em relação à sinalização, referiu que os sinais de STOP nas estradas nacionais são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, no entanto, é urgente fazer-se alguma coisa, porque os acidentes acontecem.

Hugo Martins (GCEPP):

Em relação a algumas considerações feitas anteriormente, disse que poderia responder, mas não iria fazê-lo, porque a população sabe quem é quem, e este concelho não é muito grande e todos se conhecem uns aos outros.

Chamou à atenção para algumas questões de segurança pública, nomeadamente, as passeadeiras. Disse que a sinalização das mesmas não está em bom estado e mesmo sabendo que este assunto já foi falado na Assembleia Municipal e que

se tentou corrigir algumas situações, na sua opinião, teria de ser considerada uma prioridade para o executivo o ritmo a que são executadas, até porque é um problema transversal a todo o concelho de Peniche. Perguntou se existe a intenção de regularizar a situação nos próximos meses.

Ainda sobre a sinalização horizontal, indicou que era também necessário intervir / repor as marcas que dividem as faixas de rodagem, pois a maioria das vias não as tem. Acrescentou que, em relação ao seu estado, foi tomada a decisão correta, adquiriram-se os equipamentos para os trabalhadores conseguirem fazer um bom trabalho, neste momento, deve respeitar-se o plano definido.

Referiu que sendo a realocação da Marginal Norte uma grande opção do plano para 2023, perguntou em que fase se encontra esta candidatura aos fundos comunitários.

Relativamente à questão do Forte da Consolação, já abordada nesta Assembleia Municipal, e sabendo que Agência Portuguesa do Ambiente esteve no local, disse que, na sua opinião, foi muito bem respondida pelo senhor Presidente da Câmara.

Expressou que, no dia sete de março, teve lugar a apresentação do projeto Peniche Península Segura, envolvendo vários parceiros, que tem como objetivo a vigilância das praias o ano inteiro. Questionou quando seria o seu início.

Quanto à segurança nas zonas com instabilidade das arribas, referiu que se de veria fazer uma revisão dos painéis informativos, quer em termos de novas localizações, se necessário, quer em termos da atualização dos mesmos.

Relativamente à Saúde, disse que foi adiado o anúncio da localização do novo hospital do Oeste, previsto para o dia 31 de março, e, na sua opinião, teriam de clarificar, de uma vez por todas, esta situação. Adiantou que, na última Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, interpretou a sua intervenção como se fosse para si indiferente a localização do novo hospital, a ser em Caldas da Rainha ou no Bombarral, e não foi essa a mensagem correta. Expressou que quando mencionou o argumento disse: *"desde que tenhamos um novo hospital do Oeste com todas as condições e a 15 ou 20 minutos de distância do concelho de Peniche está tudo certo"*, até porque os fatores decisivos para a localização são a distância e o tempo de deslocação, e no caso de Peniche o tempo e a distância são semelhantes, relativamente a estas duas localizações. Acrescentou que tem preferência por uma decisão rápida, e quando muitas vezes, em política, se usam frases feitas como colocar os interesses do concelho de Peniche acima de tudo, pois bem, pode aplicar-se neste caso, sem calculismos políticos, têm de fazer pressão para que consigam passar para à fase seguinte, discutir se o número de camas é suficiente, que tipo de hospital querem, se têm profissionais de saúde suficientes para dar resposta às necessidades, que enquadramento será dada ao hospital de Peniche, estas devem começar a ser as preocupações de todos e não uma discussão eterna sobre a localização do novo hospital.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A Divisão de Obras Municipais iniciou a pinturas de algumas passeadeiras na cidade de Peniche, um número considerável na vila de Atouguia da Baleia e deve, entretanto, começar em Ferrel. Referiu que procuram conjugar os múltiplos interesses, sem esquecer a necessidade de intervir nas questões de segurança.

Foi informado, hoje, pela Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão

Urbanística que a última alteração ao projeto de execução da Marginal Norte foi entregue e solicitou os seus bons ofícios para procurar agendar uma reunião com as entidades, particularmente com a entidade que elaborou o relatório, em 2015, que alertava para estes investimentos. Indicou que começaram com o projeto para a realocação da Marginal Norte, há muito tempo, mas existem alguns problemas pelo meio. Deu conta que existe a possibilidade de apresentar esta candidatura por outra via, sem ser através da OesteCIM, até porque é uma obra muito exigente, em termos de investimento, e não se trata apenas da realocação da Marginal, pretendem manter uma parte significativa daquela estrada para percursos pedonais e cicláveis, mas têm de a desviar de algumas zonas mais sensíveis e que estão em maior risco. Para além disso, há outra questão que tem sido colocada, na zona da Ponte Velha, relativamente à 2.ª fase do fosso, que tem que ver com a forma como iriam canalizar as águas pluviais que é de muita exigência. Disse, ainda, que quando trabalharam no projeto do fosso, na 2.ª fase e no estudo prévio para a 3.ª fase, foi-lhes dito que nunca aconteceu obrigarem a Câmara Municipal a colocar decantadores para os pluviais, por causa dos carros que passam na Rua da Ponte Velha.

O Peniche Península Segura foi apresentado com o propósito de sensibilizar todas as partes, e Peniche teve de ajustar o plano, em termos de investimento, de forma que fosse aceitável para o Município, mas principalmente para os concessionários. Admite que a ideia de ter praias seguras durante todo o ano pode não ter de ser levado à letra, ou seja, podem central que a segurança possa estar aos fins de semana, mas terão de analisar, e os concessionários e as escolas de surf conhecem melhor do que ninguém.

Sobre os painéis informativos, agradeceu o alerta e irá transmitir aos serviços.

Relativamente ao hospital, a sua posição pessoal vai no sentido de que se decida rapidamente. Referiu que compreendeu perfeitamente que o Governo não tivesse tido condições para fazer a comunicação a 31 de março, uma vez que surgiu a posição de Caldas da Rainha, de Óbidos, em particular, e de Rio Maior. Deu conta que os municípios já discutiram isso, pretendem uma reunião com o senhor Ministro da Saúde para que lhes seja dito o resultado da avaliação e qual o propósito, mas também querem determinar, em termos de Ministério da Saúde, com os concelhos de Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche, o que fazer com as unidades, como as podem aproveitar, pois não as podem desperdiçar, apesar de saberem que algumas das valências e algumas intervenções que estavam pedidas para a unidade de Peniche estão a ser feitas, faltam ainda algumas coisa, e não vão prescindir de discutir este assunto. Acrescentou que teriam de reunir novamente com a Comissão Municipal de Saúde, mas pretendia ter mais informação para debater este e outros assuntos.

Henrique Estrelinha (PS):

Fez referência ao Campeonato Mundial de Surf, onde foi batido o recorde de assistência no areal. Mostrou a sua satisfação por este facto, assim como pela aposta em algumas iniciativas durante o campeonato, tal como o transporte da cidade para o local do evento que, na sua opinião, foi bem conseguida.

Disse que, mais uma vez, Peniche mantém sete praias com Bandeira Azul, algo que contribui para qualificar as nossas praias e o nosso turismo.

Destacou a abertura do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia com a exposição "A Baleia em Atouguia". Indicou que o espaço esteve fechado durante algum

tempo, no entanto, está patente uma boa exposição que merece ser visitada.

Felicitou a Associação Espaço Sénior de São Leonardo, que assinou o contrato para a construção do lar, algo que a população de Atouguia da Baleia anseia há muito tempo, e esta será uma estrutura que servirá, não só a vila de Atouguia da Baleia, mas também o concelho de Peniche.

Em relação à assinatura do protocolo interadministrativo, apesar de já o ter dito, referiu que o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Ângelo Marques tiveram um papel muito importante neste processo, até porque existe disponibilidade, desde 2018, em termos de orçamento de Estado, para a construção do Posto da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia. Indicou que também interveio no processo, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que, em 2018, se deslocaram a Lisboa, mas quem está no executivo tem, obviamente, um papel muito importante neste tipo de investimentos que são necessários para o concelho. Recordou que nunca recebeu o cronograma.

Relembrou o senhor Presidente da Câmara que, há cerca de um ano, ficou de disponibilizar o plano de asphaltamentos, pelo que solicitou que pudesse ser enviado.

Quanto à questão da Saúde, disse que ultimamente tem-se falado muito da construção do novo hospital do Oeste, e pensa que todos concordam que é uma necessidade emergente, pois ele irá alojar todos os serviços clínicos e administrativos da região Oeste, que contribuirá para mudar aquilo que é a prestação de serviços de cuidados de Saúde, não apenas aos seus habitantes, mas a quem nos visita, pois somos uma região turística, e com aquela infraestrutura terão uma infraestrutura moderna, própria do século XXI, aquilo que não temos neste momento em nenhuma das três estruturas existentes na região Oeste, em termos de Centro Hospitalar do Oeste. Quanto à decisão sobre a localização, como já foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, houve uma alteração no momento em que se vai anunciar o local, porque Caldas da Rainha fez o seu papel e Óbidos também, que compreende, porque Caldas da Rainha cresceu à volta do Hospital Termal e adicionou outras valências no seu hospital, séculos de história, mas Caldas da Rainha e Torres Vedras têm feito um caminho paralelo para, em termos de município, definir aquilo as prioridades para as suas unidades e, pessoalmente, gostava de ver isso em Peniche, até porque, em maio de 1986, foi uma vitória quando se inaugurou o Hospital de Peniche, que era um Centro de Saúde com 100 camas para internamento, tinha inclusivamente uma maternidade, que foi fechada para se concentrar os serviços em Caldas da Rainha, e hoje não podem desperdiçar essa vitória na altura. Informou que em Peniche, em 2022, foram atendidos 22 340 utentes no Serviço de Urgência Básica, e o município tem de defender a manutenção deste serviço, 24 horas, sete dias por semana, porque com estes números é impossível fechar este tipo de serviços. Por outro lado, existe a questão das consultas que passarão a ser descentralizadas de várias especialidades que atualmente existe na consulta externa do Hospital de Peniche que têm igualmente de ser defendidas para se manter, portanto, há uma grande necessidade de defender aquilo que é o Hospital São Pedro Gonçalves Telmo. Alertou para esta situação para que haja um movimento do executivo, mas também da sociedade civil, que vai além da Comissão de Saúde, para se discutir este tema, e há várias razões para isso para não ter aquela estrutura fechada, pois temos uma localização geográfica muito específica, o turismo que não é só durante o verão, os pescadores, Berlenga e outras razões para se lutar e manter alguns serviços.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu as palavras proferidas pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, em relação a algumas iniciativas. Aproveitou para registar, em algumas delas, o grande envolvimento de alguns trabalhadores.

Disse que iria solicitar ao senhor Vereador Afonso Clara que fizesse chegar aos grupos parlamentares e aos senhores Vereadores o plano dos asfaltamentos.

Referiu que a questão do cronograma do quartel da Guarda Nacional Republicana existe e é uma falta imperdoável, mas vai procurar fazê-lo chegar.

Indicou que estava completamente de acordo com as ideias defendidas pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha em relação à Saúde e ao Hospital São Pedro Gonçalves Telmo e, na sua opinião, teriam de se sentar, não só a Comissão Municipal da Saúde, e fazer um pouco mais. Disse que estava completamente de acordo relativamente à necessidade se manter o Serviço de Urgência Básica têm de se juntar e se necessário fazer o que já fizeram duas vezes, manifestar-se publicamente de uma forma ordeira, construtiva, se não for outro o caminho e, sua opinião, não podem abdicar de nada, têm de melhorar aquilo que existe em termos de Saúde.

Luís de Almeida (PSD):

Perguntou à Câmara Municipal qual é a posição de curto prazo para a Rua 13 de Infância, porque não ficaram esclarecidos.

Anabela Dias (PS):

Disse que:

Relativamente ao reordenamento e da requalificação da EN114, entre Porto Lobos e Atouguia da Baleia, falaram sobre o assunto aquando na sessão da Assembleia Municipal realizada em Atouguia da Baleia, há quase um ano, e o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara foi que os estudos estavam feitos, que haveria alguns acontecimentos que iriam ocorrer, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que recuperaram alguns planos do passado, atualizaram internamente e partilharam com a empresa de gestão urbanística e de planeamento, que em tempos elaborou o plano de mobilidade para o concelho, e o objetivo, quando terminarem o plano que foi contratado, é saber se há necessidade de proceder a algumas alterações para o melhorar e adequar a algumas regras, mas também para o preparar de forma a poder candidatá-lo, e assim que tenham a participação deste gabinete partilharão com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal.

Sobre a Rua 13 de Infância, deu conta que aguardam a reunião com a Direção Geral do Património Cultural, porque gostariam que eles autorizassem a Câmara Municipal, pelo menos, a fazer o novo alinhamento da estrada e o passeio, e depois poderem colocar uma vedação naquele espaço. Referiu que o projeto que existia quando tomou posse, em termos de execução, deve ter um custo na ordem do meio milhão de euros, e quando elaboraram o segundo projeto rondava os mesmos valores, mas têm de optar. Adiantou que o objetivo é conseguir a marcação da reunião para que possam colocar vários assuntos, um deles é a Rua 13 de Infância e o outro é a Consolação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

O que estava a acontecer na Assembleia Municipal não poderia voltar a acontecer e é necessário verificar os tempos, e a Mesa da Assembleia Municipal deve exercer as suas funções de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal. Chamou à atenção que a Câmara Municipal tem uma intervenção prevista, mas não pode sobrepor-se à intervenção dos membros da Assembleia Municipal.

Houve uma evolução desde 24 de fevereiro, porque o senhor Deputado Vítor Agostinho, na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou que lhe fosse fornecida a lista dos alcatroamentos para o concelho e o senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: «*O plano existe, mas não é para ser público, no entanto, na última reunião da Câmara Municipal foi dito que o plano será partilhado com os senhores Vereadores.*» Referiu que, para além de enviar a informação aos grupos, que envie também aos Presidentes de Junta de Freguesia.

O autocarro municipal foi comprado há cerca de doze ou treze anos e, na altura, custou mais de trezentos mil euros, mas, como diz a lei, dentro de poucos anos deixa de poder transportar crianças. Referiu que o Rancho Folclórico de Geraldês recentemente colocou na sua página da internet que se deslocaram a uma localidade no Alentejo e que foi o único rancho que não foi no autocarro do seu município, hoje, o Rancho Folclórico D. Pedro I colocou um anúncio nas redes sociais para saber se alguém sabia de alguma empresa que pudesse garantir o serviço, dado que a Rodoviária do Tejo não tem condições para o fazer. Indicou que assim não estavam a ajudar o movimento associativo e esta é uma questão importantíssima, porque hoje é com estes ranchos, amanhã poderá ser com outra instituição ou entidade qualquer. Sabendo que o custo de um autocarro como o existente deverá rondar os quatrocentos mil euros e todas as dificuldades inerentes à sua aquisição, perguntou se está prevista a aquisição de alguma viatura.

Relativamente à lista de projetos a Fundos Comunitários, além do que já foi dito, para si o número de avisos publicitados é muito reduzido e, na sua opinião, a Assembleia Municipal deveria ter, quando fosse possível, acesso à lista de candidaturas em que tivesse várias colunas, nomeadamente, o valor das candidaturas, o valor do financiamento e o total de investimento face à capacidade de endividamento que a Câmara Municipal terá nos próximos anos.

Em relação à localização do novo hospital, que têm opiniões diferentes e não há mal nenhum nisso, mas, um utente que não tenha carro e necessite ir para o hospital do Bombarral terá de apanhar o autocarro até A-da-Gorda, e depois ir à boleia para o hospital, no entanto, se o hospital estiver em Caldas da Rainha há autocarros que chegam a Caldas da Rainha, e pode dizer-se ainda que têm o comboio do Oeste, mas isso não é verdade, porque nem todos os horários de comboio param na A-da-Gorda, logo, há questões que são importantíssimas. Expressou que é muito injusto Peniche virar as costas a Caldas da Rainha, porque Caldas da Rainha foi ao longo destes anos um hospital que funcionou bem, depois teve problemas como todo o Serviço Nacional de Saúde, mas todos sabem que isso tem que ver com o desinvestimento que foi feito nos últimos anos, por muitos, no Serviço Nacional de Saúde.

Concordou com uma coisa que o senhor Presidente da Câmara referiu, relativamente ao quartel da Guarda Nacional Republica, e faz todo o sentido, a Câmara Municipal não deveria ter aceite pagar as infraestruturas, porque há dinheiro no Plano de Recuperação e Resiliência para isso, e dentro de alguns anos vão fazer a contabilidade e ver o dinheiro que sobra do PRR e vão ver quanto vai sobrar do PT 20-

30, o novo quadro comunitário, e vão sobrar muitos milhões de euros que terão de ser devolvidos à União Europeia e o Governo Português está a obrigar as Câmara Municipal a assumir responsabilidades que não são suas.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que, em relação aos tempos de intervenção, não foi o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche que cortou o tempo à Coligação Democrata Unitária, aliás, defenderam uma solução contrária, manter a tradição distribuindo igualmente os tempos de intervenção por todos os grupos municipais, esta seria a solução mais justa, no entanto, votou-se em sentido contrário, respeitam, mas não concordam com ela.

Referiu que, relativamente ao hospital, não defende a solução Bombarral ou Caldas da Rainha, o que defende é uma solução rápida. Disse que o Governo do conforto de uma decisão da OesteCIM para poder decidir, senão irá arrastar-se no tempo, e querem isso, querem um hospital já.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que percebia a opinião do senhor Deputado Hugo Martins, relativamente ao hospital, quanto à outra questão, não citou partido nenhum, o que disse foi que a Assembleia Municipal tomou uma deliberação, em relação ao Regimento e todos conseguem verificar que não funciona, e quando isso acontece tem de se recuar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao autocarro, é uma questão financeira e, no final de 2017, quando tomou posse, o objetivo era esse, mas o executivo que está todos os dias na Câmara Municipal tem esse problema, porque têm um orçamento, fazem-se propostas, esgota-se a rubrica, onde vão buscar verba, daí ser muito resistente em deixar alargar as transferências, os donativos e os apoios, porque depois não há dinheiro. Concordou que teriam de ver a situação do minibus ou outra solução para as escolas, estão a estudar a questão dos circuitos e ver como podem melhorar. Relativamente ao autocarro, disse que gostava de comprar, mas se corresponderem a todos os pedidos que chegam, entretanto são precisos dez autocarros, e vão pagar o transporte a todos? Informou que deu indicação para se elaborar uma informação sobre a evolução das despesas em cada área, pois aumentaram algumas contribuições para várias áreas e os pedidos continuam a ser feitos excecionalmente e o valor que vai para determinadas áreas é muito substancial, mesmo sabendo que gostariam de satisfazer todos, mas se continuarem a cometer erros de gestão e a pretender corresponder com aquilo que não temos, e as consequências serão no futuro e têm de ter a coragem de adotar medidas que a Câmara Municipal consiga corresponder e de que forma o poderão fazer, gastando bem, reduzindo os custos e aumentar as receitas, e os resultados importantes da alteração da gestão financeira não se irão ver como gostaria em 2023, mas será em 2024. Disse, ainda, que ninguém gostaria de ajudar mais o movimento associativo do que ele próprio.

Relativamente aos avisos, o problema é a estratégia e logo que haja a possibilidade partilharão aquilo que terão como possível, em termos de candidaturas. Disse que têm o plafond muito definido, é de há muito tempo, não vão prescindir da cota para nenhum município, porque todo o dinheiro que vier é insuficiente para as necessidades e objetivos.

Quando iniciou funções na Câmara Municipal não sabia que a parte de comparticipação que os fundos comunitários não é assumida, ou seja, quando é dado 85% os restantes 15% se for através de empréstimo não conta para o plafond do endividamento, e se soubesse, no primeiro ano das suas funções, que era assim o Município de Peniche tinha ido buscar meio milhão, pelo menos, à conta do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, portanto, é errado pensar-se que não vão fazer candidaturas por causa do plafond, pois fora das candidaturas conta, nas candidaturas 15%, 20% ou 25% fazem-se os empréstimos usam-no conforme a gestão financeira.

A capacidade de endividamento, neste momento, é significativa, cerca de sete milhões de euros, mas em devido tempo será presente na Assembleia Municipal.

Em relação ao hospital, está pronto a discutir e a votar dentro da OesteCIM uma decisão, e não tem de ser por unanimidade. Indicou que tem de se arriscar, tem de se ter visão, o hospital tem de ser construído rapidamente, não há tempo para esperar 20 anos, e têm de pressionar o poder político para isso. Adiantou que também foi convidado para ir a uma reunião à Câmara Municipal de Caldas da Rainha, foi-lhe colocada a questão no sentido de apoiar a posição e disse que não, pois já tinha assumido compromisso publicamente e não vai mudar, até porque estão a lutar e a gastar energias numa coisa que não se consegue atingir. Disse, ainda, que se sabe que o que resultar da avaliação será a decisão e o que quer é que o senhor Ministro da Saúde tenha a coragem de assumir, se for Bombarral será, depois a questão do transporte terá de ser resolvida, como outras questões de transportes que têm para resolver no concelho de Peniche, não se pode é perder tempo. Acrescentou que no concelho de Peniche, na sua opinião, preferia estar em Caldas da Rainha, pelas razões que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu e outras, mas se lhe disserem que será no Bombarral não dirá que não. Expressou que, em tempos, disse que se tivessem de fazer um referendo que se fizesse e até admite que a maior parte das pessoas que votem no referendo queiram Caldas da Rainha, mas isso não é o que está em cima da mesa.

Relativamente ao quartel da GNR, sempre foi dito que as infraestruturas seriam pagas pelo Município de Peniche, o que diz hoje é o contrário, vão tentar convencer, mas já percebeu que não será fácil, o Governo a pagar as infraestruturas, mas aquilo que lhe disseram quando pegou no processo foi que o loteamento e as infraestruturas eram com a Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que relativamente ao hospital, teria de ficar claro que quem decide é o Governo, mas todos têm direitos a ter opinião, e a sua opinião é Caldas da Rainha e não Bombarral e manifestou-o gravando um depoimento onde apoiava Caldas da Rainha e Óbidos, por todas as razões. Referiu que teriam de ter a consciência e dizer a verdade às pessoas de que não haverá hospital novo antes de uma dúzia de anos.

Referiu que, sobre a questão dos apoios comunitários, o senhor Presidente da Câmara poderia dizer que não são contabilizados para a dívida, mas o serviço da dívida existe.

Relembrou que solicitou uma informação sobre quanto se recebeu de transferência de competência para a Educação e quais são os custos reais.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Esclareceu que, de facto, no Regimento o ponto de apreciação de outros assuntos para o município tem a duração de sessenta minutos e foi ultrapassado em cerca de cinquenta minutos. Disse que as bancadas respeitaram. Disse que o excesso de tempo se deveu, de facto, às intervenções do senhor Presidente da Câmara, no entanto, reconheceu as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, pela sua intervenção, que não deixa de ser pertinente.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Gostaria de saber que medidas foram tomadas pela Câmara Municipal, em relação à iluminação pública. Referiu que têm o problema com as Led's que não funcionam bem e que exigem muita manutenção. Informou que a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei fez chegar uma informação sobre o conjunto de avarias que têm.

Relativamente aos alcatroamentos, pretendia saber qual o planeamento para a intervenção na estrada Serra d'El-Rei - Báltico.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à iluminação, o novo Engenheiro Eletrotécnico fez uma informação e solicitou a colaboração da Junta de Freguesia com mais objetividade. Solicitou a colaboração dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia para que, relativamente às questões de iluminação, ajudassem na ligação com o engenheiro.

Relativamente ao alcatroamento na Estrada do Báltico, iriam tentar que fosse em maio. Sobre esta intervenção, informou que existe outro procedimento nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para fazer um investimento de reforço do abastecimento de água e pretendem, antes de iniciar o asfaltamento, que os Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento abra uma vala e coloque uma nova conduta até aos reservatórios que têm no pinhal, mas a ideia é começar em maio ou no princípio de junho.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Pretendia saber qual o ponto de situação do cemitério de Ferrel.

Gostaria de saber se existe alguma perspetiva de a Câmara Municipal poder fazer alguma intervenção ou encontrar uma forma de fornecer os materiais para a Junta de Freguesia fazer na EB1 de Ferrel, no edifício de cima encostado ao Largo Nossa Senhora da Guia que é provavelmente o pior equipamento de educação em funcionamento do concelho.

Relativamente a assuntos da reunião de Câmara que pediu informações, não lhe foi dada resposta. Referiu que solicitou no dia quatro de março uma reunião à Câmara Municipal para discutir um assunto, pois teve conhecimento que estaria a ser utilizado um terreno público da Junta de Freguesia de Ferrel para uma serventia, e no dia 13 de março solicitou acesso ao processo e também não foi respondido. Relativamente a este assunto e para precaver algumas questões, indicou que não estão interessados em colidir com o interesse dos privados, dos requerentes, porque a matéria do urbanismo é do Município de Peniche, pois vêm muita coisa, uns contentores colocados outros não, estradas asfaltadas outras não asfaltadas, algumas que são necessárias asfaltar e outras que estão numa manta de retalhos e se mantêm, entre outras coisas, além de urbanizações com pavê betumadas simplesmente com areia que leva a problemas de futuro, e nunca se intrometeram nesse assunto, porque não lhes diz respeito e não têm competências para tal.

A criação de um parque de lazer ou infantil se colide com os interesses da freguesia, e a Junta de Freguesia, em fevereiro de 2022, contratou um levantamento tipográfico, e em setembro fizeram a proposta para a Câmara Municipal para o contrato de obra, antes deles acabarem, portanto, a Câmara Municipal era conhecedora ou deveria ser conhecedora das intenções da Junta de Freguesia de Ferrel.

Relativamente aos terrenos do Moinho velho, que crê serem municipais, também foi enviado ofício no dia quatro para se fazer ou o início da discussão ou do procedimento, que se prevê longo, para formalizar da forma legalmente possível a ocupação dos terrenos que foram ocupados depois do 25 de Abril dos agricultores, isto porque aqueles terrenos não podem contar para os parcelários para os agricultores, e há uma diretiva de quem em 2025, em termos de candidaturas dos agricultores, as regras irão ainda apertar mais, logo, este é um assunto que deve ser resolvido. Informou que colocaram isto nas Grandes Opções do Plano no início do mandato, não conhecem nenhum desenvolvimento, voltaram agora colocar, pelo que solicitou um ponto de situação.

Em relação à questão da limpeza dos rios, gostaria de ressaltar que os rios em Ferrel estão todos por limpar, nomeadamente o Rio Grande, que é o principal e está mais alto o fundo do rio do que as terras que estão à volta e poderá vir a ter problemas mais graves.

Relativamente à curva da Avenida do Mar e do Largo Dr. Manuel Pedrosa, o senhor Presidente da Câmara não tinha problema em chamar o proprietário, perguntou se continuava a não ter problema ou se isso não seria esclarecido dessa forma.

Gostaria de saber o ponto de situação relativo à deliberação tomada na Assembleia Municipal relativamente à proposta feita pelas quatro Juntas de Freguesia.

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse que:

Relativamente à questão do cemitério de Ferrel, houve um estudo prévio aprovado pela Câmara Municipal, a CCDRLVT veio dizer que esse estudo tinha em causa um território que estava em espaço natural e por isso havia uma violação do Plano Diretor Municipal. Nesse sentido, concretizaram uma comunicação informal, a qual ainda aguardam resposta por parte da CCDR, no sentido de que o cemitério possa ter ampliação para espaços naturais de forma que não viole o Plano Diretor Municipal. Indicou que após obter a resposta contactarão a Junta de Freguesia no sentido de articular quem deverá fazer este pedido, de forma a ser célere e que a ampliação possa ocorrer sem que se viole o Plano Diretor Municipal.

Em relação aos terrenos ocupados pelos agricultores, foi feito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal um pedido de levantamento, que está a ser feito, e na sequência do serviço de património, criado no mandato anterior, todo esse património está a ser registado para depois poder avançar, até porque não havendo o registo do património não se poderia avançar com as comunicações.

Quanto à questão da ocupação de terrenos por particulares, iriam identificar o requerimento e posteriormente darão resposta.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à EB1 de Ferrel, é uma questão de analisar quais são as necessidades de intervenção para depois abordarem isso, mas, em relação a este aspeto e outros aspetos, os contratos de obra são ao contrário, têm de partir da Câmara Municipal, caso contrário é uma ilegalidade.

Relativamente ao ofício de quatro de março, não tem presente o assunto, mas irá verificar.

Quanto aos asfaltamentos, não percebeu a concretização. Entendeu a questão da possibilidade de em algumas urbanizações, nomeadamente em termos de infraestruturas, passeios, pavê e outros, não estarem a ser executados como deveriam, mas em abstrato não sabia quais eram. Referiu que se for uma obra licenciada seria a fiscalização técnica.

Em relação aos terrenos, foi referido pelo senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas, que está a ser feito um levantamento. Disse, ainda, que este é um assunto que ainda não percebeu se o propósito é doar os terrenos ou arrendá-los aos agricultores, mesmo que seja de uma forma simbólica. Expressou que, pessoalmente, não iria votar favoravelmente a atribuição daqueles terrenos que foram ocupados, que têm sido utilizados, que alguns deles mudaram de mãos de agricultores. Indicou que esta é uma questão muito séria que tem de ser primeiro a Câmara Municipal, mas acima de tudo é a Assembleia Municipal que tem de decidir. Acrescentou que não revê nisso, até porque são terrenos demasiados importantes que hoje podem ser agrícolas, mas com a evolução do mundo e do concelho ninguém sabe o que é, e a Junta de Freguesia tem de clarificar a sua pretensão.

Sobre a limpeza, quem opera com a giratória é um homem da equipa do

asfaltamento, e quando têm os dois homens a trabalhar podem prescindir de um deles e pode ir trabalhar para a mota dos rios, porque o objetivo é, dentro da medida do possível, limpar o rio São Domingos todo e os rios de Ferrel, porque têm consciência que estão em mau estado e alguns estão areados.

Em relação à curva, transmitiu ao senhor Vereador Afonso Clara a sua posição em relação a isso e não tem qualquer problema que venham a reunião de Câmara, mas é uma questão que o senhor Vereador Afonso Clara tratará com o proprietário da casa.

Relativamente à recomendação da Assembleia Municipal de fevereiro, as Juntas de Freguesia transmitiram que não concordavam e diziam que queriam o aumento e não reuniam mais. Informou que está a dar cumprimento à recomendação da Assembleia Municipal que foi subscrita pelos Presidente de Junta e por alguns Deputados e no sétimo ou oitavo parágrafo diz o seguinte *“Considerando, ainda, que a realidade dos autos de transferência de competência necessita de uma discussão, análise e avaliação profunda, a realizar entre os órgãos do município e os órgãos de freguesia, cuja mesma deverá ser iniciada de forma urgente.”* Referiu que estão a fazê-lo, tem alguns dados, às vezes os números não são exatamente o que se pretende, inclusive a inflação não é 9.5, há uma diferença de 0.5 que para o que estão a falar é significativo. Adiantou que iriam solicitar dados às Juntas de Freguesia para se fazer a avaliação, porque a Câmara Municipal tem o direito de analisar e o propósito na altura que o senhor Deputado Hugo Martins propôs a comissão de acompanhamento tinha muito a ver com isso. Indicou que se quisessem, no absurdo, poderiam contratar uma auditoria para fazer a análise dos acordos de transferência, porque aquilo tem um conjunto de pressupostos que não tem que ver apenas com o dinheiro ou com o pessoal. Disse que, enquanto Presidente de Junta, e até porque tem alguma experiência e algum capital de análise em relação a isso, tinha o direito de saber se os espaços verdes estão todos a ser tratados, estão a ser bem tratados, há alterações que são feitas sem a Câmara Municipal passar, o número de trabalhadores é suficiente para a limpeza e para os serviços de espaço verde, a questão do gasóleo é suficiente, quantos litros foram adquiridos, qual o valor, e não abdica destes pressupostos, porque assumiu um compromisso na reunião com as Juntas de Freguesia, em 28 de março, e quem vai fazer a proposta à Câmara Municipal é ele próprio, e já o fez sob pressão no último mandato, onde houve um aumento de 2019 para 2020 de 65% das transferências, que é muito significativo, e se continuarem nesta senda não haverá dinheiro para tudo. Expressou que gostaria que as Juntas de Freguesia permitissem e que lhes desse o direito de fazer esta análise, e se quiserem colaborar, colaboram, até porque terão de discutir em determinado momento.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Agradeceu os esclarecimentos feitos pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança.

Referiu que não falou de asfaltamentos, nem de fiscalização, o que disse foi que vê questões e não se mete nelas, para não dizerem que se mete em assuntos privados, porque isso já aconteceu.

Relativamente à questão da EB1, disse que as escolas primárias são propriedade da Câmara Municipal e quando esta quiser pode fazer obras e pode a Junta de Freguesia fazer um protocolo com a Câmara Municipal para as poder fazer, não são necessários contratos, basta a Câmara Municipal querer, desde 2020.

Em relação à curva, referiu que tem colocado a questão, mas foi o senhor

Presidente da Câmara que trouxe a questão para cima da mesa em dezembro e, uma vez que não havia problema, gostaria que não houvesse problema para esclarecer.

Quanto à questão das Juntas de Freguesia, disse que a auditoria na Junta de Freguesia de Ferrel pode ser quando o senhor Presidente da Câmara quiser, até porque fez o mesmo quando entrou na Junta de Freguesia. Indicou que o senhor Presidente da Câmara está a fazer avaliações desde que foi eleito, em 2017, e nunca mais vai parar de as fazer, porque isso vai atrasando os assuntos e a resposta da Câmara Municipal nunca chega. Solicitou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que lhe enviasse a certidão da deliberação tomada na sessão onde apresentaram a proposta.

Expressou que os agricultores não precisam que lhes deem nada, só precisam que os deixem trabalhar, o terreno pode ser alugado ou até vendido, porque dessa forma entra dinheiro na Câmara Municipal, a única questão que se poderá colocar em alguns que são reformados é eles terem de pagar a prestações, mas não precisam nada dado, precisam é que os deixem trabalhar.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Felicitou a Junta de Freguesia de Peniche pela homenagem efetuada ao Professor Rogério Cação "Rogério por palavras", que ocorreu na noite do dia 24 de abril no Clube Recreativo Penichense, e não menosprezando a sessão da Assembleia Municipal evocativa ao 25 de Abril, foi realmente o único evento na cidade alusivo ao 25 de Abril.

Agradecer a sugestão dada pela Freguesia de Peniche quando tiveram a reunião de preparação para o Mundial de Surf, relativamente à questão de voltar a ter uma carrinha para fazer o transporte do Largo do Município e de outros locais para os Supertubos.

Solicitou que a Câmara Municipal tivesse um entendimento com a Rodoviária do Tejo, relativamente à questão dos horários dos autocarros, especialmente aos fins-de-semana.

Chamou à atenção que a maioria dos buracos da calçada que existem em Peniche, na maior parte das zonas, deve-se a existência de ratos. Solicitou a contratação de alguma empresa que ajuda a Junta de Freguesia neste trabalho, porque muitas vezes dizem que são duas ou três pedras, mas quando chegam ao local têm de abrir três metros de profundidade. Indicou, como exemplo, que há dois anos perto da Igreja de Santana, uma vala com uma profundidade de dezasseis ou dezassete metros de profundidade, e tudo isto deve-se aos ratos.

Disse que quando o senhor Presidente da Câmara questionou se as Juntas de Freguesia estão a cumprir com a limpeza, perguntou se a Câmara Municipal está a cumprir com o polidesportivo do Bairro de Santa Maria, porque, inicialmente, a Junta de Freguesia de Peniche pediu mil e duzentos euros, valor esse que seria para pagar, através de uma avença, à pessoa que tomava conta daquele polidesportivo, no entanto, voltou-se atrás e a Junta de Freguesia de Peniche ficou sem os polidesportivos. Fez um alerta para o polidesportivo do Bairro de Santa Maria, pois, na altura, a freguesia colocou um piso novo, balizas novas, tabelas de basquete, contratou o senhor Wilson para fazer grafites à volta do muro em caixas, simbolizando o Bairro da Caixa, talvez deva existir um olhar para aquilo que é também parte da Câmara Municipal.

Expressou que gostaria de ter algumas respostas aos pedidos de protocolo de obra, pois sabe que eles dependem da vontade da Câmara Municipal, senão, por que

razão, no final do ano, as Juntas de Freguesia enviam as Grandes Opções do Plano para a Câmara Municipal, é para dizer o que pretendem fazer, mas se não é tido em consideração, se não é mapeado, para que é que envia as GOP, ou então se não se quer fazer acordo de obra poderiam fazer o que já sugeriu. Deu como exemplo um abrigo rodoviário perto da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, na Estrada dos Remédios, que não é da Freguesia de Peniche, simplesmente tem as varas à volta, não tem nada, no entanto, disponibilizou-se para que lhe fornecessem o abrigo e os trabalhadores da freguesia colocava-o como se fosse a Câmara Municipal a fazê-lo, mas continua à espera.

Informou que o terreno junto à Nigel, na Rua do Visconde, há uma manilha cheia de canas, e apesar de ser limpo várias vezes continua na mesma, porque a água fica parada no local, em dias de calor cheira mal, portanto, é necessário tentar desentupir a manilha ou tirar o mato que ali existe.

Felicitou a assinatura do protocolo com a Guarda Nacional Republicana, e não queria deixar de dizer que era a Junta de Freguesia que fazia todas as obras dentro do quartel da GNR. Disse, ainda, que as obras que estão a ser feitas na Unidade de Controlo Costeiro (UCC), são obras de elevado valor, o que a faz pensar que se são provisórias não se gasta assim tanto.

Relativamente à questão da segurança na Avenida Monsenhor Bastos, na direção Prageira - Rua do Fialho - Rua do Juncal - Rua da Ponte Velha, os metrosideros (árvores de fogo) que ali se encontram dificultam a visibilidade para quem entra na Avenida Monsenhor de Bastos, inclusive, numa delas, junto à Rip Curl, existe um abrigo rodoviário que não é da Câmara Municipal nem da Junta de Freguesia, e quem tenta entrar na estrada não tem visibilidade.

Reiterou o apoio da Junta de Freguesia para o calcetamento do Largo dos Remédios.

Solicitou o ponto de situação dos protocolos que pediram à Câmara Municipal.

Questionou se não seria urgente a requalificação ou fazer um passeio na igreja da Nossa Senhora da Conceição.

Deu conta que a Freguesia de Peniche solicitou o arranjo urbanístico, junto ao CarBus, na Rua Ramiro de Matos Bilhau com a Rua Craveiro Lopes, perto do espaço internet e dos dadores de sangue, e na altura de um dos aniversários da Associação de Dadores Benévolos de Sangue ficou a saber que aquele local iria ter outro fim. Expressou que também ouviu dizer que o senhor Padre de Aveiras de Cima pretende fazer obras na Associação Juvenil de Peniche e perguntou se a Câmara Municipal tinha conhecimento deste assunto e para que fins se irá destinar aquele local.

Relativamente aos abrigos, referiu que, no dia 28 de maio de 2020, estiveram a falar da transferência de competências e tanto as Juntas de Freguesia como a Câmara Municipal não compreendiam a situação, mas recorda-se que receberam cinquenta euros por ano para a manutenção de um abrigo, ou seja, não poderia ter um funcionário a manter um abrigo e, de oito em oito anos, como está nos encargos de manutenção e substituição de vida útil, têm de o renovar. Questionou se a Câmara Municipal tinha em armazém para que possam ir buscar e colocar, se a freguesia pode comprar e depois fazem o ajuste. Indicou que o Tribunal de Contas também sabe as contas da Freguesia de Peniche, e quem quiser pode entrar.

Afirmou que o Abrigo Homem do Mar em Peniche de cima foi uma promessa do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche pela Junta de Freguesia de Peniche.

Informou que foi feito um ofício à Câmara Municipal, preparou um estudo, fez a memória descritiva, o porquê de uma lata de sardinha em frente aos portões de Peniche de Cima, a questão da indústria conserveira, etc..., e mesmo que não seja naqueles moldes, mas gostaria de saber se podem avançar ou não, se podem ou não contactar outras entidades, porque têm o dever de cumprir com o programa, e se colocou Abrigo Homem do Mar nos portões de Peniche de Cima, tal como anteriormente a Freguesia de Peniche tinha restaurado o antigo abrigo homem do mar na ribeira, era fazer um nos mesmos moldes aos homens de Peniche de cima.

Referiu que continuam a aguardar, e acha injusto por parte da Freguesia de Peniche, pois há dois anos, em agosto, quer a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, presidida pelo senhor Afonso Clara, como a Junta de Freguesia de Ferrel, presidida pelo senhor Pedro Barata, em agosto de 2020 enviaram um ofício para a Câmara Municipal solicitando 50% do custo que tiveram no armazém. Mencionou que o assunto foi a reunião de Câmara em agosto, em setembro foi presente à Assembleia Municipal e é-lhes pago os 50%. Perguntou por que razão a Freguesia de Peniche já fez obras há um ano e o assunto ainda nem sequer foi a reunião de Câmara, sendo que foram enviadas todas as faturas e tudo o que foi preciso para terem um armazém, um estaleiro onde os trabalhadores tenham condições para guardar as máquinas e viaturas sem que chova lá dentro. Acrescentou que tem outras questões que não era necessário falar na Assembleia Municipal, poderiam fazê-lo por ofícios, email ou telefonema.

Disse que por vezes é acusada de não falar, mas depois há um tipo de pessoas que gosta de ouvir para ter a perceção, há outras que gostam de falar para se expressar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos horários da Rodoviária do Tejo, teria de haver objetividade, pediu que nomeassem o que está a correr mal em relação aos autocarros para trabalhar a questão com a empresa.

Relativamente aos buracos na calçada, a Câmara Municipal tem um contrato de desratização em vigor, portanto, indiquem onde a Câmara Municipal deve intervir. Sobre os outros buracos da calçada, que a senhora Presidente de Junta de Freguesia durante muito tempo disse que não era da sua competência, mas os técnicos dizem o contrário, e há um conjunto de buracos na calçada, a informação deve ser dada pelo senhor Vereador Afonso Clara.

Em relação à questão dos pavilhões e dos polidesportivos, foram os outros Presidentes de Junta que levantaram a questão, e a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche comunicou a Câmara Municipal que não queria continuar a tratar dos polidesportivos.

Na altura em que foi Presidente de Junta Freguesia, e tinha pouco dinheiro, o parque infantil da Rua do Sol foi construído durante cerca de dois anos, mas a Câmara Municipal não disponibilizou qualquer ajuda financeira, nem material, e a Junta de Freguesia também não quis ficar com o parque infantil. Referiu que, por acaso, nas competências das Juntas de Freguesia estão os parques infantis, e é fácil dizer que as coisas não funcionam bem, mas, na sua opinião, o lógico seria funcionar como antigamente, os vários polidesportivos ter pessoas que os tratassem, e a Câmara Municipal pode fazê-lo, mas até assumi-lo é completamente diferente.

Em relação aos protocolos de obra, se for os que a senhora Presidente da Junta

de Freguesia de Peniche ótimo. Disse que a senhora Presidente da Junta de Freguesia andou durante muito tempo a falar nos protocolos de obra para fazer o calcetamento das bermas do Caminho do Farol e da Rua do Farol e parece que só o próprio via que não se podiam calcetar porque aquilo não tem saída de pluvial, e depois de feito não é ao Presidente de Junta de Freguesia, nem ao Vereador, nem os técnicos, é o Presidente da Câmara o culpado, e como conhece as ruas deu indicação para lá ir, e existem outras zonas na parte norte que se quiserem fazer contratos de obras poderão fazer.

Os abrigos rodoviários são para tratar, pois quando era Presidente de Junta de Freguesia tratava-os todos e também construiu. Adiantou que era impensável colocar um abrigo rodoviário e não fazer nada, em termos de manutenção, e passados oito anos substituem-no, e neste momento a maior parte dos abrigos do concelho estão uma indignidade e se o objetivo é substituí-los todos não é razoável. Expressou que já viu vários e há abrigos rodoviários que aceitam raspar, lixar e até substituir peças, e por isso é que o dinheiro não chega.

Relativamente ao Porto da Areia Sul agradeceu a informação, vão proceder à retirada do que resta da rede, dos postes que lá estão, a equipa da deservagem vai passar para limpar os passeios e a seguir vai entrar o corta canas para limpar aquela zona, Referiu que aquele é um problema recorrente e a alternativa é fazer o pluvial para a praia. Disse, ainda, que estudaram a possibilidade de abrir uma vala maior, com a garantia que o espaço ficará vedado.

As árvores são um problema, mas aquilo é de uma urbanização que as colocou.

Em relação ao calcetamento dos Remédios, não é um calcetamento para uma Junta de Freguesia nem para a Câmara Municipal, o calcetamento dos Remédios tem várias envolvidas, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estão a fazer o projeto já algum tempo, mas o grande problema dos Remédios é o esgoto, porque existem quase duas mil pessoas na escola e algumas casas, e tudo vai para uma fossa e o saneamento tem de ser contruído, o pluvial tem de ser contruído, tem de ser construída uma nova rede de abastecimento de água e, posteriormente, será contemplada a solução a encontrar para aquele espaço, asfalto não é de certeza e em termos de calcetamento terão de solicitar parecer à Direção Geral do Património Cultural uma vez que aquilo é património classificado.

Têm estado a falar sobre a Associação de Dadores Benévolos de Sangue e, pessoalmente, não se revê em grandes intervenções na associação, acha inclusive que já se gastou muito dinheiro, e a perspetiva é criar condições através do projeto da Estratégia Local de Habitação reservando um espaço que pode ser para a sede da Associação de Dadores Benévolos de Sangue, mas acima de tudo para o espaço das ações de recolha das dádivas de sangue. Indicou que aquele espaço não é nada disso e a perspetiva de futuro, a longo ou a médio prazo, é reservar todo o espaço onde está hoje a escola e todo o espaço onde está a colónia de férias numa perspetiva de futuro. Adiantou que alguma coisa a fazer será transitória, porque não podem hipotecar uma zona tão nobre. Adiantou que não é o senhor Padre que vai fazer a obra, é Câmara Municipal da Azambuja que tem um protocolo com a Câmara Municipal de Peniche e o senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja disse que estava em condições de colocar o espaço para receber os meninos da Azambuja.

Relativamente ao abrigo Homens do Mar, referiu sempre à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche que não concordava, esteticamente, na sua opinião,

não é aceitável colocar uma lata de conservas com cores ao lado de um monumento nacional que são as muralhas. Indicou que, logicamente, se for proposto à Câmara Municipal e se a Direção Geral do Património Cultural aprovar, a Câmara Municipal decidirá, mas não votará favoravelmente.

Sobre os armazéns que a Câmara Municipal pagou à Freguesia de Ferrel, à Freguesia de Atouguia da Baleia e, também, metade do armazém à Freguesia de Peniche, foi o combinado. Acrescentou que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche entendeu, depois de se ter pago à Freguesia de Peniche sessenta e cinco mil euros e ter pago às outras Freguesias, que podia gastar mais trinta ou quarenta mil euros sem dizer nada à Câmara Municipal, como fez o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, em outras situações, e não há orçamento para isso. Adiantou que houve uma orientação, houve uma decisão, participou-se 50% do armazém à Freguesia de Peniche e mais as despesas que foram colocadas da Freguesia de Atouguia da Baleia e de Ferrel.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que, em relação às obras que estão a ser realizadas no UCC no valor aproximado aos duzentos mil euros, é verdade e percebeu a preocupação, contudo, tinham de ter alguma confiança, porque já está assinado pelo alto representante da Guarda Nacional Republicana, foi assinado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi homologado pela senhora Secretária de Estado e assinado pelo Secretário-Geral da Administração Interna. Informou que o programa funcional está a ser elaborado pela GNR e o projeto de execução é contratado pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que:

Não duvidava, apenas questionou a questão das obras.

Relativamente aos polidesportivos, a Freguesia de Peniche inicialmente era para ficar com eles, depois voltou atrás e foi a Freguesia de Peniche que não quis os polidesportivos.

Quanto ao jardim infantil na Rua do Sol, a obra foi começada, em 2013 ou 2014, e terminada a cem por cento pela Junta de Freguesia de Peniche, não teve qualquer apoio da parte da Câmara Municipal.

Os abrigos têm um custo de mil e quatrocentos euros, são da marca Cabena, modelo Viriato, a Freguesia de Peniche manda fazê-las sem banco, porque é de ferro e enferruja muito, e é a Freguesia de Peniche que faz os bancos nas suas instalações. Referiu que ter um trabalhador a lixar, a pintar e por aparelho seria mais caro, pelo que era mais fácil ir a Benavente comprar um abrigo de oito em oito anos por mil quatrocentos euros, pois mil e quatrocentos euros custa o trabalhador mensalmente.

Não sabia se os mitosideros eram da urbanização, o que sabe é que colocam em risco os habitantes de Peniche.

Em relação à rua onde está neste momento a Associação de Dadores Benévolos de Sangue, foi Presidente da Associação que lhe falou na situação.

Quanto aos armazéns, a Câmara Municipal deu à Freguesia de Peniche cinquenta mil euros, correspondente a 50%, mas à Junta de Freguesia da Atouguia deu 100% que foi cinquenta mil euros.

Relativamente ao Car Bus, a Freguesia de Peniche não quer gastar dinheiro uma vez que é provisório, faz-se uma parede escalada e um espaço para as pessoas se sentarem.

Não discorda que se faça a Estrada do Báltico, mas deve-se olhar para dentro da cidade, porque nunca levou alcatrão ou quando leva é aos bocadinhos.

Se por acaso o ano passado ela própria tivesse perdido as eleições, os cinquenta mil euros que existia quando chegou teriam ficado na mesma, porque no final do mandato passado, estavam lá os cinquenta mil euros, e fizeram obras, compraram muita coisa e fizeram muitas manutenções.

Em relação ao Largo dos Remédios, não é uma obra para a Junta de Freguesia nem para Câmara, concordou, porque se fez uma universidade sem saneamento e sem pluvial, mas se a Junta de Freguesia conseguiu dar uma ajuda, como fez no Largo das Ancoras, pensa que toda a ajuda é boa, mesmo que não se faça 2km, faz-se 500m, e daqui a 4 anos está pronta. Disse que estão disponíveis para o Largo dos Remédios.

No antigo Tribunal está a funcionar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social misturado com o Centro de Convívio que, na sua opinião, não é uma boa solução.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, estão a procurar encontrar outra solução, porque é fácil falar.

Em relação aos cinquenta mil euros que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia recebeu, confirmou, mas foi antes de ter tomado posse. Referiu que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche queria que o apoio para o armazém fosse a 100%, ou seja, que a Câmara Municipal pagasse cento e trinta mil euros, e a seguir as outras juntas de Freguesia iriam querer construir armazéns no valor de duzentos mil euros, mas não cede, seja a quem for, naquilo que é essencial para uma gestão equilibrada da Câmara Municipal, pois desequilibrada já ela está, e tem muito que ver com as pressões do mandato passado que teve de ceder, e se fosse hoje não cedia.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que foi bom a Freguesia de Peniche querer igualar-se a outra Junta de Freguesia e pediu os 100%, porque assim serviu de bitola e de baliza para outros financiamentos.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Relativamente à recomendação que foi aprovada em Assembleia Municipal, por unanimidade, perguntou se houve alguma atualização ou se há vontade da Câmara Municipal em fazer alguma atualização em relação a isso.

Em termos de materiais, a Junta de Freguesia tem comprado materiais, entretanto, está descapitalizada, e desde junho do ano passado que não recebe qualquer tipo de material da Câmara Municipal, nem um saco de cimento, nem um grão de areia, nem um lancil, há muitas obras que gostavam de fazer, mas a Junta de Freguesia não tem capacidade para comprar esse tipo de materiais.

A obra do alargamento do cemitério de Atouguia da Baleia, neste momento,

está inacabada, nomeadamente a pintura. Deu conta que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia enviou um ofício à Câmara Municipal requisitando as tintas para pintar os muros, se não houver tintas teria de ser a Câmara Municipal a pintar os muros.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos acordos, os senhores Presidentes de Junta transmitiram que não pretendiam reunir para fazer a avaliação sem primeiro se proceder ao aumento, mas ele próprio já referiu que não o vai fazer, porque quer que a Câmara Municipal faça a avaliação para saber do que estão a falar, no entanto, está a dar cumprimento à deliberação. Indicou que iriam tentar ser rápidos e em função disso fará a proposta dos ajustamentos, depois de conversar com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, caso entendam fazê-lo, naturalmente com o apoio do senhor Vereador Afonso Clara e dos serviços.

Os acordos de obra são da iniciativa da Câmara Municipal. Referiu que já falou com o senhor Vereador Afonso Clara sobre um acordo de obra, e poderá ser a Junta de Freguesia a executar se quiser, o Largo da Bufarda. Em relação a outras obras, disse que era uma questão de ver com as Juntas de Freguesia, irá depender da dimensão, do enquadramento e de um conjunto de fatores.

Assumiu, no passado, que fez vários projetos, várias obras em determinados sítios, sem projeto, porque não existia, mas há áreas em que tem de haver projeto, e naquele caso é necessário existir projeto e há esse acordo.

O cemitério é da Junta da Freguesia, por que razão terá de ser a Câmara Municipal a pintá-lo?

Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que a obra de ampliação foi executada pela Câmara Municipal, assim como foi a ampliação do cemitério de Ferrel.

Referiu que, da parte da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia as portas estão abertas e podem fazer as consultas externas e internas.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o senhor Presidente da Câmara tem um documento aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal que tem dois pontos, ponto um, pagar aquilo que é das Juntas de Freguesia, pagar o valor dos trabalhadores que estão ao serviço das Juntas de freguesia nos autos de transferência de recursos, ponto dois, foi proposta da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche iniciar um processo de discussão dos autos de transferência de recursos, são duas coisas diferentes, ponto três, o senhor Presidente da Câmara não fiscaliza nenhuma freguesia, quem fiscaliza as freguesias são as Assembleias de Freguesias, é o que diz a lei.

Relativamente aos autos de transferência de recursos, chamou à atenção das pessoas que sabem de leis, que a Lei n.º 50 é clara, o Decreto-Lei n.º 57 é muito claro, e as orientações da Direção Geral das Autarquias Locais, relativamente a estas leis, e relativamente aos autos de transferência de recursos podem e devem ser avaliados, mas as Juntas de Freguesia não têm nenhuma obrigação de apresentar seja o que for à Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que um documento quando é aprovado, é num todo e é para ter em consideração tudo o que está escrito. Além disso, referiu que os pressupostos que estão inerentes aos protocolos de transferência de competência preveem essa avaliação. Indicou que teriam mesmo de avaliar, porque a proposta é feita na base dos 9.1 e a inflação é 8.6. Expressou que pagarão retroativos.

Em relação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, disse que gostaria muito de debater algumas questões sem as outras Juntas de Freguesia, relativamente às dificuldades que tem manifestado.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o documento foi discutido a quatro, não há problema, é transparência, mas se houve alguém que contestou o valor da inflação foi ele próprio.

3) NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PENICHE, E SEU SUBSTITUTO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Anabela Dias (PS):

Disse que a bancada do Partido Socialista pretendia agradecer à senhora Professora Ana Varela pelo seu empenho e dedicação no trabalho que desempenhou na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens durante os três anos que lá esteve.

Indicou que a bancada do Partido Socialista propunha a senhora de Marta Catarina Neto Figueira para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche.

Deliberação n.º 13/2023: Submetida a proposta a votação por escrutínio secreto secreta, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no na alínea l) do número único do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos sim, um (1) voto não e três (3) votos em branco, designar a cidadã que adiante se indica para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche em modalidade alargada: Marta Catarina Neto Figueira (Indicada pelo Partido Socialista).

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU NA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que no ano 2022, e bem, os júris de procedimentos de dirigentes intermédios foram elementos externos ao município e nestes dois procedimentos são apenas elementos internos do município. Referiu que a lei não proíbe, mas também não diz que pode ser. Indicou que, pela sua experiência em concursos de dirigentes

intermédios, usualmente e normalmente, para efeitos de, quer de transparência do próprio concursos quer, acima de tudo e tal como a lei diz: «Os Presidente e Vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal.», leia-se, nas áreas a prover, portanto, a sua posição será de abstenção, por princípio, pois entende que em cargos dirigentes intermédios, sejam eles de 3.º, 2.º, 4.º, 5.º ou 1.º grau, devem conter elementos externos a fazer parte do júri.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que na Assembleia Municipal têm votado a constituição de vários júris para concursos e tem tentado seguir o trajeto dos mesmos e não encontra publicados todos os procedimentos concursais no sítio da internet do município.

Presidente da Câmara Municipal. Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, em relação à questão do senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, respeita e já o fizeram, já foi extremista, eram todos externos e por vezes resulta outras não, neste momento estão a experimentar voltar ao método que se utilizou no passado.

Referiu que este é um novo lugar, pois o Chefe de Divisão de Obras Municipais deixa de exercer funções a partir de 01 de maio de 2023.

Deliberação n.º 14/2023: Submetida a proposta (n.º 632/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (5) e da Coligação Democrática Unitária (2), e onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Chega (1), pelo senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista (1), pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária, aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da divisão de Obras Municipais (DOM) – cargo dirigente intermédio de 2.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. Rui Miguel Matos Cosme Vargas Henriques, Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, em regime de substituição.

Vogais efetivos: Eng. Samuel Valeriano Dinis, Diretor-Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Peniche e Arq. Paula Cristina Leite Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Peniche.

Apresenta-se, ainda, a designação de um vogal suplente que substituirá, algum elemento efetivo em caso de faltas e impedimentos, salvaguardando o decurso do procedimento concursal, sem interrupções e contratempos, uma vez que o mesmo é urgente e de interesse público, nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação:

Vogal suplente: Eng.º Nuno Fernando Mendo Alonso de Carvalho, Chefe da Divisão de Ambiente da Câmara Municipal de Peniche.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O CARGO DE

DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - SUBUNIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS, LIMPEZA E AMBIENTE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 15/2023: Submetida a proposta (n.º 520/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (5) e da Coligação Democrática Unitária (2), e onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Chega (1), pelo senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista (1), pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária, aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da Subunidade de Gestão de Resíduos, Limpeza e Ambiente (SGRLA) - cargo dirigente de 3.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. Rui Miguel Matos Cosme Vargas Henriques, Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança.

Vogais efetivos: Eng.º Nuno Fernando Mendo Alonso de Carvalho, Chefe da Divisão de Ambiente e Dra. Josselène Cristina Oliveira Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças.

Por ter saído da reunião, o senhor Carlos Miguel Amaral (PS) não participou na apreciação e votação dos pontos que se seguem.

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2023 (MODIFICAÇÃO N.º 7):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de abril de 2023.

Agradeceu à Chefe de Subunidade de Finanças, Ana Nunes, o esforço que faz. Disse que, na sua opinião, é uma técnica imprescindível, mas para além disso, é uma pessoa muito dedicada e competente e consegue coordenar bem a equipa que trabalha com ela, a quem também agradeceu pelo esforço que fazem.

Deliberação n.º 16/2023: Submetida a proposta (n.º 634/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática

Unitária (3), e uma (1) abstenção, do membro eleito pelo Chega, aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2023 (Modificação 7).

Por ter saído da reunião, o senhor Nuno Madeira (PSD) não participou na apreciação e votação dos pontos que se seguem.

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2022:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Agradeceu a todos os trabalhadores da Câmara Municipal pelo envolvimento na elaboração deste documento.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que sublinhava tudo o que foi dito relativamente à trabalhadora Ana Nunes. Referiu que trabalhou com a ela muitos anos, fizeram muitos orçamentos e relatórios.

Perguntou quais eram os aumentos percentuais, relativamente ao IMI, IMT e Imposto de Circulação.

Chefe da Subunidade de Finanças, Ana Nunes:

Disse que, em relação ao IMI houve uma diminuição de cerca de 0,42%, o imposto de circulação teve um aumento de 10% e no IMT de 23%. Indicou que a Derrama teve também um aumento no ano 2022 de 12%, um aumento total de oitocentos mil euros.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que as orientações políticas é de quem governa a Câmara Municipal, mas há dois dados relativos à energia e aos combustíveis que se percebe que houve um aumento.

Relativamente aos impostos, julga ser necessário haver algum cuidado, porque nas receitas fiscais todos sabem que o que vão receber a seguir será superior ao ano anterior, uma vez que houve um aumento de receitas fiscais e isso traduz-se na comparticipação das autarquias, mas também todos sabem que isto abrandará.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que as contas no ano 2019 tiveram um saldo positivo de duzentos mil euros, em 2020, um saldo negativo de trezentos e trinta e quatro mil euros, em 2021, um saldo negativo de seiscentos e trinta e nove mil euros e, em 2022, tornou a ser negativo no valor de duzentos e dezanove mil euros, ou seja, existe um *hat trick* de saldos negativos o que não abona a favor de uma boa gestão.

Referiu que se o resultado é negativo, em termos orçamentais, pois estavam previstos quarenta mil euros para a obra do centro de Ferrel, perguntou para onde foram os quarenta mil euros.

Deu os parabéns à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, pois também esteve presente na homenagem ao Professor Rogério Cação, e foi de facto um evento brilhante.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que existe uma diferença, pois passou a ser aplicado o novo plano contabilístico e provavelmente nos próximos anos já não o fazem desta forma, provavelmente fazem as amortizações como têm de ser feitas e passam a ter saldo positivo, ou seja, contabilisticamente resolve-se.

Referiu que as verbas que não são utilizadas, mas as rubricas são precisas a verba é usada ou então no final do ano alteram o orçamento e ajustam-no àquilo que é a sua execução, senão são penalizados, ou seja, o dinheiro não desaparece, é transferido para outras rubricas.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que não ficou esclarecido e se a verba foi retirada gostaria de perceber para onde foi, porque finanças locais a lei é a mesma e em termos de finanças públicas a Junta de Freguesia de Ferrel também faz contabilidade orçamental. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara lhe sabia dizer para onde foram os quarenta mil euros, se os retirou para algum lado em específico ou se não tem forma de dizer.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que quando uma rubrica não é usada e chegam à conclusão, durante o ano, que não é utilizada tiram-na para outro lado e, em termos de execução, no final do ano, reduzem o orçamento em função da execução que está a ser conseguida. Indicou que procuram não deixar as rubricas que estão disponíveis no orçamento sem as utilizar se tiverem de as utilizar noutro lado.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que tinha em seu poder o parecer dado relativamente às contas do município e os membros da Assembleia Municipal e quem conhece a Câmara Municipal sabe que não há nenhuma possibilidade de fazer uma avaliação objetiva das contas da Câmara Municipal, o que fazem é uma avaliação geral, política.

Relativamente ao relatório de contas, disse que a questão da energia, por razões óbvias, todos sabiam o que aconteceu, os combustíveis foi o que aconteceu por todo o país e, em relação às questões do pessoal todos perceberam e por isso colocou esta questão no ponto anterior, porque era bom perceber o que receberam relativamente à Educação, aquilo que foi transferido com pessoal, e que investiram.

Sublinhou que achava muito bem a questão das refeições escolares.

Relativamente aos impostos, referiu que as suas perguntas foram objetivas.

Deliberação n.º 17/2023: Submetidos os documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2022, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Dezoito (18) - dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (6) e do Partido Socialista (5).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Cinco (5) - dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, pelo Chega e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista.

O Partido Social Democrata informou que iria entregar uma declaração de voto sobre este assunto.

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2022:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de abril de 2023.

Deliberação n.º 18/2023: Submetidos os documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2022, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte (20) - dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (6), do Partido Socialista (5) e da Coligação Democrática Unitária (2).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Duas (2) - do membro eleito pelo Chega e do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Social Democrata, não estava presente na sala durante a votação deste assunto.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de abril de 2023.

Deliberação n.º 19/2023: Submetida a proposta (n.º 7294/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7),

pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma (1) abstenção, do membro eleito pelo Chega, aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2023, aprovado pela Assembleia Municipal, em 15 de dezembro de 2022.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 20/2023: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e quarenta minutos do dia vinte e nove de abril, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de abril, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de junho de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
